

FELIX MAGNO VON DOLLINGER

Mestre em Direito pela Faculdade Milton Campos

Especialista em Direito Público

Professor Universitário

Delegado de Polícia do Estado de Minas Gerais

SOCIEDADES EMPRESÁRIAS E LAVAGEM DE CAPITAIS



Belo Horizonte

2015

CONSELHO EDITORIAL

Álvaro Ricardo de Souza Cruz	Jorge Bacelar Gouveia – Portugal
André Cordeiro Leal	Jorge M. Lasmar
André Lipp Pinto Basto Lupi	Jose Antonio Moreno Molina – Espanha
Antônio Márcio da Cunha Guimarães	José Luiz Quadros de Magalhães
Bernardo G. B. Nogueira	Kiwonghi Bizawu
Carlos Augusto Canedo G. da Silva	Leandro Justiquio de Matos Monteiro
Carlos Henrique Soares	Luciano Stoller de Faria
Claudia Rosane Roessler	Luiz Manoel Gomes Júnior
Clèmerson Merlin Clève	Luiz Moreira
David França Ribeiro de Carvalho	Márcio Luis de Oliveira
Dhenis Cruz Madeira	Maria de Fátima Freire Sá
Dirceô Torrecillas Ramos	Mário Lúcio Quintão Soares
Emerson Garcia	Nelson Rosenvald
Felipe Chiarello de Souza Pinto	Renato Caram
Florishal de Souza Del’Olmo	Roberto Correia da Silva
Frederico Barbosa Gomes	Rodolfo Viana Pereira
Gilberto Bercovici	Rodrigo Almeida Magalhães
Gregório Assagra de Almeida	Rogério Filippetto de Oliveira
Gustavo Corgosinho	Rubens Beçak
Jamile Bergamaschine Mata Diz	Vladimir Oliveira da Silveira
Janaina Rigo	Wagner Menezes
Jean Carlos Fernandes	William Eduardo Freire

É proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio eletrônico, inclusive por processos reprográficos, sem autorização expressa da editora.

Impresso no Brasil | Printed in Brazil

Arraes Editores Ltda., 2015.

Coordenação Editorial: Andréia Assunção
Produção Editorial e Capa: Danilo Jorge da Silva
Revisão: Fabiana Carvalho

364.168 Von Dollinger, Felix Mogno
 V946s Sociedades empresárias e lavagem de capitais / Felix Magno Von Dollinger. Belo Horizonte: Arraes Editores, 2015. 296p.

ISBN: 978-85-8238-111-3

1. Direito financeiro. 2. Direito comercial. 3. Crimes financeiros. 4. Lavagem de dinheiro. 5. Lavagem de capitais. 6. Crimes fiscais. 7. Crimes comerciais. 8. Crimes econômicos. I. Título.

CDD – 364.168
 CDU 343.352

Elaborada por: Fátima Falci
 CRB/6-nº700

Rua Pernambuco, 1408, Loja 03 – Savassi
 Belo Horizonte/MG - CEP 30130-151
 Tel: (31) 3031-2330

www.arraeseditores.com.br
arraes@arraeseditores.com.br

Belo Horizonte
 2015

SUMÁRIO

PREFÁCIO	X
APRESENTAÇÃO	XII
CAPÍTULO 1	
INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO 2	
A CRIMINALIDADE ECONÔMICA	5
2.1. As Sociedades Empresárias como meio para a Prática do Crime de Lavagem de Capitais	5
2.2. A Questão da Responsabilidade Penal das Pessoas Jurídicas...	8
2.3. A Ordem Econômica como Bem Jurídico Tutelado pelo Direito Penal.....	11
2.4. O Bem Jurídico para o Direito Penal Econômico e sua Diferença em Relação ao Direito Penal Clássico	13
2.5. A Supraindividualidade do Bem Jurídico no Direito Penal Econômico.....	14
2.6. A Chamada “Sociedade de Risco” e a Utilização do Direito Penal Econômico como Mecanismo de Proteção	15
2.7. A Necessidade de Criminalização de Certas Condutas Praticadas Contra a Ordem Econômica	18

2.8. Os Princípios da Subsidiariedade e Fragmentariedade e a Limitação Material Imposta ao Direito Penal Pela Carta Magna..	19
2.9. A Incriminação de Condutas Lesivas à Ordem Econômica através dos Chamados “Crimes de Perigo Abstrato”.....	23
2.10. A Análise Econômica do Crime	24
2.11. A Criminalidade Econômica e o Moderno Direito Penal.....	28
2.12. Do crime societário	31

CAPÍTULO 3

DO CRIME DE LAVAGEM DE CAPITAIS	32
3.1. Considerações iniciais	32
3.2. Antecedentes históricos da lavagem de capitais	36
3.3. Mecanismos internacionais de combate à lavagem de capitais	39
3.4. Mecanismos nacionais de combate à lavagem de dinheiro	42
3.5. Conceito de “lavagem de capitais” e suas principais características	43
3.6. Fases da lavagem de capitais	44
3.7. Aspectos dogmáticos do crime de lavagem de capitais.....	46
3.8. Contaminação e descontaminação de ativos	61
3.9. Hipóteses de cometimento do crime de lavagem de capitais (mediante sociedades empresárias)	62
3.10. Hipóteses de cometimento do crime de lavagem de capitais (mediante sociedades empresárias)	63

CAPÍTULO 4

DA FORMAÇÃO DA PROVA EM GERAL E SEU TRATAMENTO EM FACE DO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO	71
4.1. Disposições Preliminares Acerca da Prova	71
4.1.1. Conceito e sentidos.....	71
4.1.2. Estados de espírito na busca da verdade.....	72
4.1.3. Finalidade e objeto da prova.....	74
4.1.4. Classificação das provas	75
4.1.5. Do ônus probatório.....	76
4.1.6. Fatos que não precisam ser provados e a prova dos fatos negativos.....	77
4.1.7. Sistemas de apreciação da prova.....	78
4.2. A Questão Da Verdade Processual.....	80

4.3. A Força Normativa da Constituição e as Leis Processuais Penais	81
4.4. O Papel do Estado em Face da Constitucionalização do Direito Processual Penal.....	86
4.5. Características do Processo Penal De Matriz Constitucional..	88
4.5.1. Noções gerais.....	88
4.5.2. O Processo Penal garantista	89
4.6. A Instrumentalidade do Processo Penal	91
4.7. O direito à prova legitimamente produzida	94

CAPÍTULO 5

ASPECTOS PROCESSUAIS DA PRODUÇÃO NA PROVA NO CRIME DE LAVAGEM DE CAPITAIS	98
5.1. Disposições processuais especiais.....	98
5.2. Do Procedimento aplicável e ação penal.....	98
5.3. Autonomia do processo e competência para julgamento	99
5.4. A denúncia no crime de lavagem.....	100
5.4.1. A questão da acusação genérica nos crimes societários..	100
5.4.2. A acusação - Sua importância e correlação com a sentença	101
5.4.3. Requisitos formais da acusação: As circunstâncias do fato delituoso	101
5.4.4. Requisitos substanciais da denúncia.....	102
5.4.5. Índícios, presunções e acusação nos crimes societários..	102
5.4.6. Os requisitos da denúncia na persecução dos crimes de “lavagem”	103
5.4.7. A prova do delito antecedente e condenação por crime de “lavagem”	105
5.5. Deferimento de medidas cautelares reais e os “índícios suficientes”	105
5.6. Métodos de investigação relacionados à lavagem de capitais..	108
5.6.1. Delação premiada.....	109
5.6.2. Ação controlada, escutas ambientais e infiltração de agentes.....	110
5.6.3. Quebras de sigilo.....	111
5.6.4. Comunicações ao COAF	111
5.6.5. Cadastro Nacional de Correntistas.....	112
5.6.6. INFOSEG e BACEN JUD.....	112

5.6.7. Cooperação internacional.....	113
5.7. Encontro fortuito de provas.....	113
CONCLUSÃO.....	115
REFERÊNCIAS.....	117
ANEXOS.....	125